



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 28/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado destacou o encontro entre o Presidente Lula e Donald Trump, ocorrido durante a passagem de Lula pela Ásia e pela Malásia, classificando-o como positivo, respeitoso e construtivo. Ressaltou que Lula demonstrou liderança, firmeza e diplomacia, defendendo os interesses nacionais e dialogando de forma aberta com os Estados Unidos. Na continuidade, ironizou o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a quem chamou de “Governador Coca-Cola” e acusou de silêncio diante do encontro e do tarifaço norte-americano que prejudica setores econômicos paulistas. Disse que Tarcísio parece estar “escondido debaixo da mesa” e o provocou a se posicionar publicamente sobre a reunião entre Lula e Trump. Por fim, parabenizou Lula pelos 80 anos, exaltando sua trajetória de luta e coerência, e reforçando que o Presidente demonstrou ser um estadista patriota, enquanto Tarcísio e a oposição estariam sem reação diante do prestígio internacional do líder brasileiro.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado criticou o Governo Lula por planejar criar uma plataforma de apostas da Caixa Econômica Federal (CEF), apontando incoerência no discurso governista. Disse que o Governo afirma que as “*bets*” são prejudiciais e defende aumentar sua taxação, mas agora pretende lucrar R\$ 2,5 bilhões com uma plataforma própria, o que ele chamou de “hipocrisia estatal”. Em seguida, também condenou a restrição do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), afirmando que o Governo está tirando do trabalhador o direito de acessar o próprio dinheiro para fazer caixa em ano eleitoral, e defendeu seu Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2025, que susta os efeitos da Resolução CCFGTS nº 1.130, de 2025, que altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 2020, que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Concluiu desafiando o Partido dos Trabalhadores (PT) a definir sua posição sobre *bets* e sobre o direito do trabalhador ao FGTS.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado respondeu às críticas de Kim Kataguiri, esclarecendo que o Governo Lula é favorável à taxação das *bets* e que o projeto para isso já foi enviado ao Congresso, mas foi derrubado na Câmara. Explicou que a ideia de criar uma plataforma de apostas pela Caixa Econômica Federal (CEF) foi apenas aventada internamente, sem autorização do Governo, e já foi desautorizada oficialmente. Criticou as *bets* privadas, afirmando que elas causam vício, endividamento e prejuízo às famílias, enquanto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

seus lucros são enviados para fora do país, sem gerar riqueza no Brasil. Concluiu ressaltando que a CEF continuará com seu papel social, focada em moradia, crédito popular e inclusão financeira.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado ressaltou seu Estado de Rondônia, destacando suas ações parlamentares e entregas municipais. Relatou visitas a diversos Municípios, entre eles Guajará-Mirim (RO) e Nova Mamoré (RO), onde afirmou ter destinado mais de R\$ 16 milhões para áreas como educação, infraestrutura e agricultura. Em Guajará-Mirim, celebrou a instalação de ar-condicionado em escolas municipais; em Nova Mamoré, anunciou a entrega de um bitrem para o transporte agrícola e prometeu enviar recursos para outro, beneficiando produtores de grãos, leite e peixes — especialmente tambaqui, produto tradicional da região. Também anunciou novas viagens a Teixeiraópolis (RO), para o início de uma obra de 16 km de asfalto, e a Rio Crespo (RO), onde participará de um evento com idosos. Concluiu reafirmando sua identificação como “soldado do Congresso” e “cuidador dos idosos”, destacando sua atuação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga fraudes contra aposentados e pensionistas.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada prestou homenagem ao Dia do Servidor Público (28 de outubro), exaltando o papel essencial desses trabalhadores para o funcionamento do Estado e criticando as políticas que vêm retirando direitos históricos da categoria. Lembrou que o servidor “serve ao País e à sociedade”, independentemente do Governo eleito, e denunciou que, desde a reforma administrativa de Bresser-Pereira, os servidores vêm sendo constantemente atacados, com perda de direitos como a licença-prêmio, aumento da idade de aposentadoria, e o avanço da terceirização e precarização. Além disso, compartilhou sua experiência como enfermeira, e destacou que na área da saúde as organizações sociais passaram a gerir hospitais, mas sem melhora no atendimento à população, apenas precarizando vínculos trabalhistas. Por fim, defendeu que servidores que não cumprem suas funções devem ser punidos conforme a lei, mas rejeitou qualquer tentativa de reforma administrativa que retire direitos ou enfraqueça o serviço público.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado homenageou o Dia do Servidor Público (28 de outubro), manifestando reconhecimento e gratidão aos servidores de Rondônia e de todo o Brasil. Agradeceu à Deputada Enfermeira Rejane, que havia mencionado Guajará-Mirim (RO), cidade onde nasceu e à qual mantém forte ligação. Em seguida, destacou que Rondônia se tornou Estado graças ao empenho dos servidores públicos que atuaram ainda no período em que o território era federal. Por fim, ressaltou a importância dos profissionais da saúde, educação e segurança pública, apontando que o desenvolvimento econômico e social do Estado — especialmente nos setores do agronegócio, mineração e recursos hídricos — é fruto direto do trabalho dedicado desses servidores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou o crescimento do mercado de tilápia no Brasil e no mundo, que já movimenta cerca de R\$ 6 bilhões e representa 70% da produção nacional de peixes. Ressaltou que o Brasil exporta tilápia para os Estados Unidos, mas que o “tarifaço” imposto pelo país prejudicou o setor. Afirmou que o diálogo diplomático entre Lula e Donald Trump poderá ajudar a reverter essa situação. Também observou que o mercado europeu está se abrindo à tilápia brasileira e que o crédito para o setor aumentou 126% na última safra — bem acima do crescimento registrado nos setores de frango e suínos. Criticou grupos que afirmam que o Ministério do Meio Ambiente quer restringir a produção da tilápia por ser uma espécie exótica, defendendo que isso é “trabalhar contra o próprio patrimônio nacional”. Afirmou que a produção é sustentável, desde que haja monitoramento ambiental e boas práticas de manejo, e citou exemplos do Paraná, onde cooperativas como C.Vale, Copacol e Coopavel têm impulsionado o setor. Chamando a tilápia de “o frango da água doce”, enfatizou que a piscicultura é fundamental para o desenvolvimento local e a diversificação econômica, especialmente para a agricultura familiar. Por fim, disse que ninguém vai impedir o avanço da tilapicultura, elogiando o Governo Lula, o Itamaraty e os Ministros Carlos Fávaro (Agricultura) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) por abrirem 440 novos mercados internacionais nos últimos três anos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado prestou homenagem ao Dia do Servidor Público (28 de outubro), expressando reconhecimento e gratidão aos servidores da Bahia, da Câmara dos Deputados e de todo o Brasil. Destacou que, em 25 anos de vida pública, desde sua atuação como Vereador e Vice-Prefeito até o período em que foi prefeito de Guanambi (BA), sempre teve nos servidores o principal alicerce da gestão pública. Mencionou nominalmente antigos colaboradores que “honraram o serviço público com dedicação e competência”, como Luzinaldo, Manoel Paulo, Maristela Cavalcante e Roberto Júlio. Lembrou que o bom funcionamento das instituições — tanto no Executivo quanto no Legislativo — depende da competência e do comprometimento desses profissionais, que garantem o andamento dos trabalhos mesmo longe dos holofotes políticos. Por fim, reiterou sua admiração e gratidão a todos os servidores públicos do Brasil, especialmente aos da Bahia e da Câmara dos Deputados.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou tanto sua agenda de trabalho no interior da Bahia quanto uma homenagem ao Dia do Servidor Público. Relatou debates em Brasília (DF), com pautas voltadas à segurança, saúde, infraestrutura e economia, mas afirmou que seu “coração pulsa mais forte” ao retornar ao Estado e ouvir as demandas do povo baiano, especialmente do norte e nordeste da Bahia. Disse que visitou Jaguarari (BA), onde discutiu a importância econômica do Distrito de Pilar, que abriga a Ero Caraíba, maior produtora de cobre do Brasil. Também esteve em Mundo Novo (BA), Jeremoabo (BA), Cícero Dantas (BA) e Ribeira do Pombal (BA), sua cidade natal, onde, junto ao Prefeito Eriksson, Vereadores e lideranças locais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

trataram da pavimentação de estradas vicinais — como as das regiões de Barro Vermelho, Poço e Veríssimo — e se comprometeu a incluir recursos no orçamento de 2026 para as obras. Ressaltou a importância de ouvir as comunidades e somar forças com as lideranças locais. Por fim, prestou homenagem aos servidores públicos municipais, estaduais e federais, reconhecendo-os como pilares essenciais do funcionamento do país.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada homenageou o Presidente Lula pelo aniversário, exaltando seu reconhecimento internacional e seu compromisso em “colocar os pobres no Orçamento e os ricos no Imposto de Renda”. Em seguida, no Dia do Servidor Público, elogiou os servidores da Câmara dos Deputados, os trabalhadores do Paraná e os de todo o país, criticando o Governo Ratinho Junior pela perda salarial de mais de 40% e pela “propaganda enganosa” sobre a situação do Estado. Por fim, rejeitou a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público; afirmando que ela, na verdade, retira direitos, amplia terceirizações e enfraquece o Estado e a democracia, pedindo que o Congresso vote contra a proposta.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado destacou que, embora muitos políticos façam homenagens no Dia do Servidor Público, a verdadeira defesa da categoria se mostrará quando for votada a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público. Afirmou que o ponto central é garantir a independência e a estabilidade dos servidores, protegendo-os de apadrinhamento e interferências políticas, para assegurar um serviço público técnico e de qualidade. Concluiu pedindo que o povo mato-grossense e os eleitores em geral observem quem apenas faz discursos e quem realmente defende os servidores na prática.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado denunciou a grave crise de segurança no Rio de Janeiro, afirmando que *drones* controlados pelo tráfico de drogas estão lançando bombas sobre policiais durante uma operação nos Complexos da Penha e do Alemão, onde cerca de 100 criminosos são procurados e um policial já foi morto. Descreveu a situação como “cena de guerra”, dizendo que 70% do território carioca está sob domínio do crime organizado. Criticou o Presidente Lula e o Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, acusando-os de inércia diante do colapso da segurança pública e questionando o papel das Forças Armadas. Por fim, pediu a intervenção do Exército para proteger a população e afirmou que o Brasil vive “em Banânia”, um país que se preocupa com conflitos internacionais enquanto ignora a guerra interna nas favelas cariocas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Samuel Santos (PODE - GO) - O Deputado defendeu proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 5.335, de 2025, que altera a Lei nº 9.985, de 2000, e a Lei nº 12.651, de 2012, para incluir diretrizes para a conectividade ecológica de unidades de conservação e outras áreas legalmente protegidas, além de dispositivos sobre criação e gestão de corredores ecológicos. Destacou que a medida não trará prejuízos ao agronegócio, mas sim benefícios ambientais e de imagem internacional para o Brasil, fortalecendo sua reputação ecológica. Concluiu pedindo apoio dos colegas Parlamentares para aprovar o projeto e “dar um salto ecológico” no país.

Professora Marcivania (PCdoB - AP) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual. Ressaltou que a proposição, de autoria da Deputada Jandira Feghali “não é sobre conforto ou privilégio, é sobre dor”, descrevendo de forma detalhada as condições debilitantes causadas por doenças como endometriose, adenomiose, miomas e pólipos uterinos, que levam muitas mulheres a recorrer a opioides e prontos-socorros apenas para suportar o próprio corpo. Além disso, criticou o histórico de silenciamento da dor feminina e a minimização do sofrimento das mulheres sob justificativas econômicas. Por fim, disse que a Câmara tem a oportunidade de romper com o “pacto da invisibilidade” e reconhecer a dor das mulheres como uma questão de saúde e dignidade.

Pastor Eurico (PL - PE) - O Deputado homenageou a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, destacando as comemorações realizadas entre 19 e 24 de outubro, que marcaram 107 anos de fundação da igreja no Estado, 69 anos da Escola Bíblica de Obreiros e 48 anos do Templo Sede. Disse que o evento reuniu cerca de 9 mil participantes ao longo de vários dias de atividades e contou com a presença de pastores de diversos Estados brasileiros e de outros países, consolidando o papel da Assembleia de Deus como uma das instituições religiosas mais influentes e organizadas de Pernambuco. Por fim, expressou reconhecimento e gratidão à liderança do Pastor Ailton José Alves, Presidente da igreja, e ressaltou a importância espiritual e social da Assembleia de Deus.

Rosangela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada apresentou, junto com outros Parlamentares, o Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Na oportunidade, criticou o decreto do Governo Federal que, segundo ela, obriga a transferência de alunos com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

deficiência intelectual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) para a rede regular de ensino, sem critérios adequados. Argumentou que a medida ameaça o funcionamento das APAEs, retira recursos e viola o direito das famílias de escolher o modelo educacional mais adequado. Por fim, ressaltou que a deficiência intelectual exige professores especializados e cuidados individualizados, o que não seria garantido nas escolas regulares; defendendo a coexistência entre o ensino regular e as APAEs.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado alertou que a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público; representa uma ameaça grave ao Estado brasileiro e ao serviço público. Explicou que a proposta acaba na prática com os concursos públicos, permitindo contratações precárias de até 10 anos, fragilizando a estabilidade e abrindo espaço para indicações políticas — um retrocesso ao período anterior à Constituição de 1988. Criticou o fato de a PEC não ter sido debatida com a sociedade, sem audiências públicas nem discussões amplas, e afirmou que ela fere o pacto federativo ao propor uma carreira única nacional. Também advertiu que a medida precariza serviços essenciais, como saúde, educação e pesquisa científica, ao permitir alta rotatividade de profissionais. Destacou ainda que parte da bancada do Paraná assinou a proposta e cobrou explicações desses Parlamentares. Por fim, anunciou mobilizações nacionais e estaduais contra a PEC, com um ato em Brasília (DF) no dia 29, reafirmando o compromisso de derrotar a proposta.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado afirmou estar otimista com o futuro do país, após receber cerca de 50 empresários de Santa Catarina na Câmara dos Deputados. Destacou que esses empreendedores representam a força produtiva e a esperança do Brasil, mesmo enfrentando dificuldades e alta carga tributária, mencionando que muitos “demitem para pagar impostos”. Agradeceu pela acolhida aos visitantes e expressou confiança em tempos melhores a partir de 2027.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada destacou a importância da votação dos projetos da Bancada Feminina, que representam a luta pela vida e pelos direitos das mulheres brasileiras. Enfatizou que o Outubro Rosa deve alcançar todas as regiões do país, promovendo o acesso democrático à saúde pública, e elogiou iniciativas do Governo Federal, como a distribuição gratuita de medicamentos de alto custo para o câncer de mama e o Programa Agora Tem Especialistas, que leva atendimento médico a áreas carentes. Também manifestou solidariedade às famílias capixabas afetadas pelo surto epidemiológico no Hospital Santa Rita (Afecc), em Vitória (ES), afirmando que o Parlamento e o Governo Federal estão comprometidos em apoiar ações de controle e prevenção. Ressaltou ainda a importância dos projetos voltados à saúde da mulher, como os que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

tratam da licença menstrual, dos direitos de gestantes e do combate aos cânceres de colo de útero e de mama. Por fim, celebrou o Dia do Servidor Público, homenageando todos os profissionais — especialmente as mulheres — que mantêm o funcionamento do Estado e do Parlamento com excelência e dedicação.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado prestou homenagem ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, explicando que a data remonta a 1939, quando Getúlio Vargas instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Civis. Destacou que a palavra “servidor” — e não “funcionário” — traduz o verdadeiro sentido da função: servir à população e ao bem público. Lembrou com orgulho sua trajetória como professor concursado desde os anos 1970, tanto na rede municipal do Rio de Janeiro quanto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reforçando o papel essencial dos servidores na construção de um país mais justo. Alertou, porém, para as ameaças recorrentes de reformas administrativas que, sob o pretexto de combater privilégios e excessos, acabam precarizando direitos e atacando a estabilidade do servidor público, pilar da independência funcional frente a governos de ocasião. Por fim, afirmou que o serviço público é vital para a maioria da população brasileira, especialmente os mais pobres e a classe média, que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação e das universidades públicas.

ORDEM DO DIA

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem. Além disso, criticou o ativismo político do Poder Judiciário no caso da condenação do ex-Presidente da República por tentativa de golpe de Estado.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada homenageou os servidores públicos pelo Dia do Servidor, destacando a importância de cada profissional que contribuiu para o funcionamento das instituições e para o atendimento à população. Ressaltou o valor do verbo “servir”, enfatizando que o serviço público tem significado distinto da iniciativa privada e envolve dedicação à coletividade. Mencionou especialmente os servidores da Câmara dos Deputados, que atuaram nos bastidores para garantir o andamento dos trabalhos legislativos. Por fim, comparou os servidores da Casa aos que participaram da missão lunar, afirmando que todos colaboraram para construir um Brasil mais justo e igual.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado contestou informações apresentadas por uma Parlamentar do Governo sobre o orçamento da saúde, afirmando que houve bloqueios significativos nos recursos do setor durante a atual gestão. Destacou que, em 2024, foram contingenciados 15 bilhões de reais do orçamento público e 4,4 bilhões do Ministério da Saúde, valores aprovados ainda pelo próprio Governo Lula. Acrescentou que, em maio de 2025, o bloqueio aumentou para 5,9 bilhões de reais, apontando redução nos investimentos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

da área. Por fim, afirmou que suas declarações se basearam em dados oficiais e defendeu transparência na execução orçamentária da saúde pública.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e de exames de triagem.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado homenageou o Dia do Servidor, parabenizando os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União (MPU) e do Distrito Federal, com destaque aos servidores da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União. Ademais, cumprimentou o Presidente Hugo Motta por pautar temas como o adicional de qualificação e a reestruturação do Poder Judiciário e defendeu a inclusão de projetos de reestruturação do MPU e de interesse dos demais servidores. Ao final, alertou para os riscos de retrocessos da reforma administrativa, como a perda da estabilidade e a redução de salários e do teletrabalho, ressaltando que este trouxe avanços, como menor poluição e melhoria no trânsito.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada proferiu parecer à Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, alertou o povo brasileiro para o rombo bilionário nas estatais, acusando o Governo Lula de sucateá-las e comparando sua gestão à da ex-Presidenta Dilma Rousseff.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Lamentou ainda que os Correios registrem prejuízos sucessivos e que o Governo Federal busque R\$ 20 bilhões para cobrir déficits da empresa. Ao final, ressaltou que o cidadão será penalizado por esses rombos, com serviços públicos deteriorados e aumento de impostos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, elogiou as autoras da proposição e o Governo Lula por aumentar em 30% os recursos orçamentários para a saúde pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada agradeceu a Relatora Silvia Cristina e parabenizou as Deputadas Rejane Dias e Tereza Nelma, do Partido Social Democrático (PSD), autoras do Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, defendeu a aprovação de todas as proposições em pauta relacionadas ao Outubro Rosa.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, alertou que não pode haver cortes orçamentários na saúde e que o Estado deve possuir recursos adequados para garantir tratamentos preventivos indispensáveis às mulheres.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, defendeu a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 974, de 2024, que altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

incluir os bolsistas de programa de pós-graduação stricto sensu e de pesquisa científica e tecnológica como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na categoria contribuinte individual, e a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para dispor sobre o direito ao gozo das licenças maternidade e paternidade dos estudantes que recebem bolsa de estudo. Ao final, homenageou os servidores públicos pelo seu dia e rejeitou a reforma administrativa.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, alertou para o engano promovido pela Rede Globo, acusando-a de utilizar recursos públicos para defender o Governo Lula e ocultar os problemas do País. Criticou ainda o Governo Federal pelo sucateamento e aparelhamento das estatais bem como pela ausência de responsabilidade fiscal, afirmando que os prejuízos recaem sobre o povo por meio do aumento de impostos e da redução de serviços essenciais. Por fim, denunciou também a falta de investimentos e o crescimento da dívida pública, que poderá atingir R\$ 10 trilhões em 2026.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, homenageou os servidores públicos pelo seu dia e manifestou sua preocupação com a precarização do serviço público por meio da reforma administrativa.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada agradeceu à Presidente da bancada feminina, Deputada Jack Rocha, pelo apoio às Parlamentares e pela condução dos trabalhos que permitiram encerrar o Outubro Rosa com a aprovação do Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, agradeceu ao Presidente do Progressistas, Deputado Doutor Luizinho, e à equipe do Ministério da Saúde, especialmente à coordenação de Câncer, pelo diálogo e cooperação. Por fim, parabenizou as autoras da proposição, Deputadas Tereza Nelma, Rejane Dias e Marina Santos, e destacou que a pauta não é ideológica, mas voltada ao cuidado com as pessoas e à promoção da saúde das mulheres.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada perguntou se haviam sido retirados de pauta os Projetos de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, no parto e no pós-parto; e nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas. Ademais, defendeu a continuidade das negociações para que as referidas proposições sejam votadas.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado condenou a ação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em Alvorada D'Oeste (RO), onde produtores rurais estavam sendo retirados de suas propriedades com uso de aparato policial e armamento, como se fossem invasores. Ademais, destacou que os agricultores possuem escritura pública e títulos definitivos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de financiamentos bancários concedidos com recursos públicos.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada, no exercício da Presidência da Casa, explicou que a pauta em discussão resultou de consenso da bancada feminina e contemplou projetos voltados à saúde da mulher, como o da saúde menstrual, com o objetivo de garantir sua votação ainda em outubro. Destacou que as matérias sobre violência obstétrica, debatidas na respectiva Comissão Especial, também poderiam ser incluídas, desde que houvesse diálogo com o Presidente Hugo Motta. Afirmou ainda que não existia conflito entre as Parlamentares quanto ao mérito dos projetos, mas apenas divergência quanto à forma de inclusão na pauta. Defendeu que a construção de acordo entre as Deputadas asseguraria a votação das propostas consensuais, consideradas prioritárias pela bancada feminina.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que os projetos em votação foram definidos de forma consensual pela bancada feminina, com participação de todos os partidos, e não apresentavam contradições. Relatou que participou de Comissão Especial onde também se discutiu a inclusão de outras propostas sobre violência obstétrica, mas defendeu que não seria justo retirar da pauta matérias previamente acordadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Ressaltou que o compromisso coletivo resultou de diálogo entre a bancada e o Colégio de Líderes e expressou a expectativa de que as duas proposições consensuais, consideradas relevantes para as mulheres brasileiras, fossem votadas o quanto antes.

Dandara (PT - MG) - A Deputada reafirmou seu compromisso, como Relatora do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, de apresentar um parecer pronto para votação e aprovação ainda no mesmo dia, colocando-se à disposição para ajustes de redação. Defendeu que a bancada feminina deve ampliar, e não reduzir, o número de projetos voltados às mulheres, ressaltando que, uma vez alcançado o consenso, as matérias não devem ser retiradas da pauta. Reconheceu a relevância da atuação da Deputada Soraya Santos em defesa dos direitos das gestantes, argumentando que sua proposta de colocar um dia para votação de vários projetos sobre o tema poderia coexistir com a votação das matérias já constantes na pauta. Por fim, destacou que o projeto sob sua relatoria tratava da proteção de mulheres indígenas contra a violência e o preconceito durante o parto.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada contestou a afirmação de que teria havido consenso na bancada feminina sobre os projetos em votação. Explicou que, para existir acordo, seria necessário o apoio da maioria das Deputadas do órgão e que o acesso às proposições ocorreu apenas no dia anterior, o que impossibilitou uma análise mais aprofundada. Ademais, afirmou respeitar as pautas defendidas pelos partidos, mas destacou que não houve manifestação expressa de concordância da ampla maioria. Defendeu, por isso, a sugestão de retirada de alguns itens da pauta, argumentando que a ausência de acordo prévio poderia configurar desrespeito ao processo de deliberação.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada esclareceu que sua posição não se opunha ao mérito dos projetos sobre direitos das mulheres, mas defendia o cumprimento do acordo firmado com o Presidente Hugo Motta e com a Comissão Especial Sobre Violência Obstétrica e Morte Materna, que analisou as propostas de forma técnica e temática durante um ano e meio. Destacou que o projeto da Deputada Célia Xakriabá integrava o conjunto de matérias indicadas pela Comissão e que a intenção era votar todos esses projetos de maneira conjunta e organizada. Ao finalizar, reforçou que o debate tratava de uma questão interna da bancada feminina e de respeito às regras regimentais, defendendo diálogo, harmonia e elegância entre as Parlamentares.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou ser integrante da Comissão Especial Sobre Violência Obstétrica e Morte Materna e declarou não ter sido informada sobre a reunião com o Presidente Hugo Motta, apesar de reconhecer sua importância. Ressaltou que também possui projeto sobre violência obstétrica e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

demonstrou interesse em ver todas as proposições debatidas e votadas. Recordou que as deliberações da Comissão Especial ocorreram há dois anos, em outubro de 2023, e criticou o uso desse encontro como justificativa para adiar a pauta atual. Defendeu que a bancada feminina mantenha o compromisso consensual firmado entre partidos, do PL ao PSOL, e reiterou o pedido para que o último projeto da Comissão e o da pauta acordada sejam votados.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada fez um apelo à Deputada Soraya Santos para que não houvesse retirada de pauta dos projetos relacionados à saúde da mulher, especialmente o de sua autoria sobre a episiotomia. Reconheceu o trabalho conjunto das Parlamentares e destacou as dificuldades em aprovar proposições voltadas às mulheres. Além disso, ressaltou a trajetória da Deputada Soraya Santos na defesa dessas causas e pediu união para garantir o avanço das matérias, lembrando que ainda precisarão tramitar no Senado. Manifestou confiança de que, com diálogo e apoio do Presidente Hugo Motta, seria possível consolidar uma pauta positiva e aprovar as propostas na sessão em andamento.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado reconheceu a relevância do Projeto de Lei nº 1.249, de 2022, mas alertou para possíveis impactos econômicos que poderiam gerar efeitos contrários aos pretendidos. Destacou que sua posição refletia a orientação da Liderança do Partido Novo, composta por três Deputadas, que também manifestaram cautela diante da ausência de estudos sobre os impactos financeiros da matéria. Ressaltou que propostas que aparentam facilitar direitos podem, na prática, criar obstáculos para as próprias mulheres, defendendo uma análise mais detalhada antes da aprovação.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para a gravidade da situação no Estado do Rio de Janeiro durante operação policial que buscava retomar o controle de áreas dominadas pelo crime organizado. Ainda sobre o assunto, criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal que restringiu a atuação das forças de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

segurança e contribuído para o aumento da violência nas comunidades. Além disso, afirmou que o Rio de Janeiro enfrenta níveis alarmantes de criminalidade e atribuiu a responsabilidade à política de segurança do Governo Federal. Comparou o cenário de violência no País a zonas de guerra e defendeu o fortalecimento das ações policiais no Estado.

Simone Marquette (MDB - SP) - A Deputada apresentou sua mãe, D. Izair, de 87 anos, que a acompanhava durante a sessão dedicada à pauta das mulheres. Em seguida, relatou que sua mãe enfrentou uma grave doença renal e recusou a recomendação médica de interromper a gestação, optando por levar a gravidez adiante. Destacou esse gesto como um exemplo de defesa da vida e expressou gratidão pela presença da mãe naquele momento simbólico, compartilhando a homenagem com as demais Deputadas presentes.

Professora Marcivania (PCdoB - AP) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do projeto que instituiu a licença menstrual, agradecendo à Deputada Professora Marcivania pelo relatório e à Secretaria da Mulher pela inclusão da proposta na pauta. Reconheceu também o apoio da Deputada Soraya Santos, que contribuiu para o avanço da votação. Explicou ainda que a medida garante o direito das mulheres de se ausentarem do trabalho, mediante laudo médico, em casos de dores incapacitantes, sem risco de demissão. Por fim, enfatizou que o projeto representa um avanço responsável na legislação trabalhista e uma conquista significativa para as mulheres brasileiras.

Professora Marcivania (PCdoB - AP) - A Deputada parabenizou a Deputada Jandira Feghali pela autoria do projeto que instituiu a licença menstrual e destacou seu caráter reparador e protetivo às mulheres trabalhadoras. Afirmou que a aprovação da proposta representou um marco histórico ao reconhecer que a dor feminina importa e que o direito assegura segurança no trabalho e no salário. Também enfatizou que o projeto não é um favor, mas uma medida de justiça social, especialmente para mulheres que enfrentam condições de saúde incapacitantes. Celebrou a aprovação no encerramento do Outubro Rosa e ressaltou o avanço na proteção da dignidade das mulheres brasileiras.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado cobrou do Governador da Paraíba a conclusão do projeto das Vertentes Litorâneas, iniciado em 2012, e criticou a demora na entrega da obra, considerada essencial para o abastecimento de água no Estado. Afirmou que a população do brejo e do Sertão paraibano enfrenta grave



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

crise hídrica devido à falta de investimentos na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa). Também relatou visita à cidade de Picuí (PB), onde constatou o desespero dos moradores pela escassez de água, situação repetida em diversos Municípios. Ao finalizar, classificou o cenário como um caos e pediu providências urgentes do Governo Estadual.

Dandara (PT - MG) - A Deputada afirmou que a aprovação do Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que garante até dois dias de licença menstrual por mês representou um marco histórico para os direitos das mulheres. Destacou que a proposta beneficiaria especialmente aquelas que sofrem com alto fluxo e fortes cólicas, permitindo que se ausentem do trabalho mediante atestado e laudo médico. Também parabenizou a autora, a relatora e a Bancada Feminina pela articulação que resultou na aprovação da medida, ressaltando que a iniciativa reforçou o compromisso da Câmara dos Deputados com a ampliação dos direitos e a valorização das mulheres no mercado de trabalho.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna - MAMM.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada proferiu parecer à emenda de plenário ao Projeto de lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna - MAMM.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Governo Federal abandonou o Estado do Rio de Janeiro no combate ao crime organizado. Criticou a ausência de apoio de inteligência e de efetivos federais em uma operação policial realizada no Estado e classificou as declarações do Governador fluminense como graves. Também condenou falas atribuídas ao Presidente Lula sobre traficantes e roubos a aposentados, considerando-as desrespeitosas.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada esclareceu que, diferentemente do que foi afirmado anteriormente, o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, não solicitou apoio do Governo Federal para a operação policial no Estado. Destacou ainda que o combate ao narcotráfico e ao crime organizado é uma atribuição do próprio Governo estadual e afirmou que o Governador apenas cumpriu seu dever institucional ao conduzir as ações de segurança pública.

Dandara (PT - MG) - A Deputada afirmou que o Governador Cláudio Castro não solicitou apoio das Forças Armadas nem da Polícia Federal na operação no Rio de Janeiro. Destacou que o Ministério da Justiça atuava



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

com seriedade e que o Governo Federal não deveria ser associado a ações que resultassem em chacinas ou no extermínio da juventude negra. Também defendeu o avanço de projetos voltados à saúde da mulher, destacando a importância da articulação conduzida pela Deputada Soraya e solicitou o apoio da Bancada Feminina para a votação do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que estabelece normas e diretrizes para a prevenção e o enfrentamento da violência obstétrica contra mulheres indígenas.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada lamentou a grave situação no Estado do Rio de Janeiro, onde uma operação de segurança mobilizou mais de 2.500 agentes e resultou em elevado número de mortos e feridos. Expressou solidariedade à população afetada e destacou a preocupação com o impacto sobre a sociedade civil, afirmando que o cenário se assemelhava a uma guerra. Defendeu o exercício da autoridade do Estado para proteger os cidadãos, mas alertou para os riscos enfrentados por moradores que tiveram seu direito de ir e vir comprometido.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada criticou operação policial realizada no Rio de Janeiro, classificada como a terceira mais letal da história do Estado, com pelo menos 20 mortos e dezenas de feridos. Afirmou que o Governador Cláudio Castro não solicitou apoio do Governo Federal e responsabilizou sua Gestão pela repetição de ações que resultaram em alto número de vítimas. Também denunciou a banalização da morte nas favelas e a lógica de confronto que, segundo ela, coloca em risco policiais e moradores, especialmente negros e pobres. Por fim, defendeu políticas de segurança baseadas em investigação, perícia independente e controle de armas, e criticou o avanço de medidas punitivistas.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada destacou a postura de convergência da Bancada Feminina em torno de temas ligados aos direitos das mulheres e aos direitos humanos. Afirmou que 80% das pautas tratadas pela bancada são suprapartidárias, abrangendo causas como o combate ao câncer, à violência e à pedofilia, que, segundo ela, “não conhecem partido”. Também reafirmou seu compromisso de diálogo e cooperação com outras Deputadas, entre elas Célia Xakriabá, Jack Rocha e Rejane Dias, e informou que levaria à Presidência da Câmara o pedido de avanço em projetos prioritários da pauta feminina.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada defendeu o avanço do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que trata da prevenção e do combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas. Ressaltou que as mulheres indígenas morrem 72 vezes mais durante o parto, apontando que essa forma de violência tem identidade e corpo, atingindo especialmente indígenas e negras. Por fim, afirmou que a legislação deve refletir essas desigualdades e fez um apelo pela votação da proposta, classificando-a como uma reparação histórica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que trata da episiotomia, e reforçou o diálogo com a Deputada Soraya Santos e outras Parlamentares para garantir o avanço da proposta. Afirmou que o projeto é essencial para a saúde das mulheres e defendeu a união suprapartidária da Bancada Feminina em torno das pautas voltadas aos direitos femininos. Também agradeceu à Presidência da Comissão de Mulheres pela aprovação da urgência da matéria e reiterou seu compromisso em trabalhar pelo fortalecimento das políticas de proteção e cuidado com as mulheres.

Adail Filho (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado relatou sua experiência como Prefeito de Campinas (SP), onde implementou a realização de mamografias a partir dos 40 anos. Afirmou que a medida contribuiu para salvar vidas e reduzir custos no sistema público de saúde, uma vez que o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura e torna o tratamento menos oneroso. Por fim, celebrou a ampliação desse direito para todas as mulheres brasileiras, conforme previsto no Projeto de Lei nº 499, de 2025, em discussão, e elogiou a atuação da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados pela prioridade dada aos projetos voltados à saúde da mulher.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Além disso, registrou a presença do Sr. Marcelo Lucas, representante da Aprosoja e empresário de Vilhena (RO), a quem agradeceu pelo apoio político e deu boas-vindas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

Adail Filho (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado destacou a aprovação unânime do Projeto de lei nº 499, de 2025, que amplia o rastreamento precoce do câncer de mama, considerando a medida um avanço essencial para a saúde das mulheres brasileiras. Afirmou que a iniciativa contribuiria para salvar vidas e fortalecer o cuidado com a saúde feminina, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelo sistema



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 234.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 28/10/2025

público. Por fim, ressaltou que o Parlamento registrou um momento histórico ao priorizar essa pauta e parabenizou a Bancada Feminina pela condução dos trabalhos e pela dedicação às causas das mulheres.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado mencionou a morte do bebê José Pedro, caso que comoveu o Acre e expôs falhas graves no sistema de saúde pública. Relatou que o recém-nascido foi dado como morto pela equipe da Maternidade Bárbara Heliodora, apresentou sinais de vida durante o sepultamento e, após ser levado à UTI, não resistiu. Também classificou o episódio como resultado do abandono estatal e cobrou investimentos reais na estrutura hospitalar, valorização dos profissionais e atendimento digno nos Municípios.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2024, de sua relatoria, que ratificou o protocolo modificativo da Convenção de Paris sobre Exposições Internacionais. Explicou que a medida atualizou regras da convenção de 1928 e permitirá ao Brasil regularizar pendências junto ao Bureau Internacional de Exposições, recuperando o direito de voto e de candidatura para sediar eventos mundiais. Por fim, afirmou que a ratificação reforçou o compromisso do País com a diplomacia multilateral e com o fortalecimento de sua presença internacional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado prestou homenagem aos policiais envolvidos na operação no Complexo do Alemão (RJ) e manifestou solidariedade às famílias dos feridos e das vítimas fatais. Destacou a coragem das forças de segurança que enfrentaram o crime organizado e criticou a falta de estrutura e de apoio estatal aos agentes. Por fim, reafirmou seu apoio às Polícias Militar e Civil e defendeu o fortalecimento das operações de segurança pública.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado homenageou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e reafirmou seu apoio ao Governo Federal, destacando avanços no combate à fome, na educação, na agricultura familiar e na saúde pública. Defendeu o Bolsa Família como instrumento de dignidade e criticou a chamada PEC da Blindagem, classificando-a como tentativa de criar impunidade para Parlamentares. Também alertou para o risco de infiltração do crime organizado na política e destacou sua atuação em defesa da Paraíba, com mais de R\$ 150 milhões destinados a projetos de inclusão social, educação e assistência.

ENCERRAMENTO